

**12. LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO – LOCAL DA OBRA
RUA GABRIEL PEREIRA DE CASTRO – BRAGA (S. VICENTE) – SKTO –
SOCIÉTÉ INDUSTRIELLE DE SERVICES, IMMO, SA.:**

Submete-se à consideração do Executivo o processo mencionado em epígrafe, em que é requerente **SKTO – SOCIÉTÉ INDUSTRIELLE DE SERVICES, IMMO, SA.**, para os fins constantes do processo.



BRAGA
Município

D/17/m

→ Secção → EXECUTIVO.

[Handwritten signature]

DMUOP / DIVISÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E GESTÃO DO CENTRO HISTÓRICO

Processo: 14433 / 2017

Requerimento: 26664/2017

Requerente: SKTO - Société Industrielle de Services Immo, S.A.

Local da obra: Rua Gabriel Pereira de Castro – BRAGA (São Vicente)

Assunto: Licenciamento de obras de edifica  o

A    do Executivo
18 04 19

[Handwritten signature]

Informa  o técnica N.  : 9126/2018

Técnicos responsáveis: Pedro Justino Cruz Pinto Nogueira e Sérgio Manuel Machado Carvalho

Data: 21-03-2018

Aprecia  o técnica do projeto de arquitetura:

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL:

- 1.1. Pelo pedido com o registo n.   E/26664/2017, de 22-12-2017, o requerente completa o projeto de arquitetura para a reconstru  o integral de um conjunto de 4 prédios urbanos contíguos, com frentes para a rua de S. Vicente e rua Gabriel Pereira de Castro, descritos na 2.   Conservatória do Registo Predial de Braga sobre os n.às 731, 519, 732 e 1542 todos da freguesia de S. Vicente, e inscritos na Matriz de natureza Urbana, respetivamente, sob os Artigos n.   155, 267, 268 e 2564;
- 1.2. O projeto prevê a constru  o de uma nova edifica  o destinada    instala  o de duas estruturas residenciais para pessoas idosas (ERPI), com o programa distribuído por um total de 6 pisos, sendo dois abaixo da cota de soleira e o último do tipo recuado ou fazendo aproveitamento de água furtada;
- 1.3. A pretensão está sujeita a Licença Administrativa ao abrigo da alínea d) do número 2 do Artigo 4.   do Regime Jurídico da Urbaniza  o e da Edifica  o - RJUE, estabelecido pelo Decreto-Lei n.   555/99, de 16 de dezembro, na sua reda  o atual.

2. ANTECEDENTES:

- 2.1. Por delibera  o em reunião de Câmara de 25-09-2017, foi aprovado um pedido de informa  o prévia para os prédios em questão, processo n.  :426/URB/PROC/16, ainda válido.

3. ANÁLISE DA PRETENSÃO:

3.1. Enquadramento com as Plantas de Condicionantes e com as Plantas de Ordenamento constantes na Revisão do Plano Diretor Municipal:

- 3.1.1. A obra está implantada em Espaço Central, UOPG 14, conforme carta de classifica  o e qualifica  o do solo da 2.   Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga – PDMB, aviso n.   11741/2015, publicado no Diário da República, 2.   Série – n.   201, de 14 de outubro;
- 3.1.2. Insere-se na zona de prote  o do Palacete de Júlio Lima, imóvel em vias de classifica  o;
- 3.1.3. Insere-se em área urbana com prote  o arqueológica tendo em 16-02-2018 sido prestada a informa  o de Salvaguarda do Patrim  nio Arqueológico n.   166;
- 3.1.4. Insere-se na área de aplica  o do Título III - Salvaguarda e Revitaliza  o do Centro Histórico constante no Código Regulamentar do Município de Braga - CRMB, Regulamento n.   973/2016 - publicado no Diário da República, 2.   Série - n.   206, de 26 de outubro;
- 3.1.5. A pretensão está localizada em área de Reabilita  o Urbana, conforme Aviso n.   259/2012, publicado no Diário da República, 2.   Série - n.   6, de 9 de janeiro.

3.2. Instru  o do processo:

- 3.2.1. Considera-se o projeto de arquitetura apresentado suficientemente instruído para análise técnica;

3.3. Pareceres das entidades externas ao município:

- 3.3.1. A pretensão mereceu parecer Favorável Condicionado por parte da DRCN/DSBC - Dire  o Regional da Cultura do Norte/Dire  o de Serviços dos Bens Culturais, conforme informa  o anexa ao Ofício n.  : S-2018/452639 (C.S:1246745), emitido em 27-02-2018;

[Handwritten signature] *B*

DMUOP / DIVISÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E GESTÃO DO CENTRO HISTÓRICO

3.3.2. As duas ERPI mereceram parecer Favorável por parte da ARS-Norte - Unidade Operativa de Saúde Pública, conforme informação emitida em 06-04-2017 na voltada à rua de S. Vicente (processo 04/2017) e conforme a informação, emitida em 06-04-2017 na voltada à rua de Gabriel Pereira de Castro (processo 03/2017);

3.3.3. Ambas as ERPI mereceram parecer favorável por parte do Instituto da Segurança Social, IP, conforme informação anexa ao Ofício n.º: UAD, emitido em 04-05-2017 na voltada à rua de S. Vicente, e conforme informação anexa ao Ofício n.º: UAD, emitido em 04-05-2017 na voltada à rua Gabriel Pereira de Castro, ambas com uma capacidade fixadas em 12 utentes;

3.3.4. Ao abrigo do Disposto no número 2 do Artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 33/2014 de 4 de março que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, a aprovação final do projeto sujeito a licenciamento pela câmara municipal carece ainda do parecer favorável por parte da Autoridade Nacional de Proteção Civil.

3.4. Verificação da conformidade com o RGEU, com o regulamento do PDMB e com o Código Regulamentar do Município de Braga:

3.4.1. A possibilidade de instalação deste tipo de equipamentos de apoio social, constitui uma oportunidade para se promover a regeneração urbana nesta zona específica da cidade, quer pela reabilitação de um vasto conjunto de edificado que se tem mantido degradado ao longo de mais de uma década, quer pelo expetável incremento da atratividade e da sustentabilidade económica do Centro Histórico e, desde que acutelado em projeto de especialidade o referido na alínea b) do número 1 do Artigo 11.º do RPDMB, relativamente ao estabelecimento das condições de acesso e de cargas e descargas;

3.4.2. No contexto atrás referido, julga-se passível de enquadrar a atividade na exceção prevista na alínea c) do número 4 do Artigo B-3/16.º do CRMB, para a possibilidade de utilização integral de edifícios com ocupações não habitacionais;

3.4.3. Aceitando-se a instalação da atividade pretendida e tomando em consideração as respetivas necessidades programáticas e de distribuição funcional, pela aplicação do previsto no número 7 do Artigo B-3/15.º do CRMB, julga-se aceitar a possibilidade de emparcelamento do cadastro inicial, cumprindo o projeto apresentado a exigência de transposição da métrica original das parcelas preexistentes para o desenho das fachadas;

3.4.4. Evocando as mesmas necessidades de adaptação da nova edificação ao programa funcional pretendido – instalação de duas ERPI, o projeto de arquitetura apresentado propõe a demolição do conjunto de construções preexistentes que apenas conservam as estruturas das fachadas, solução que se pode admitir na exceção estabelecida no número 2 do B-3/15.º do CRMB;

3.4.5. Na reconstrução proposta são reintegrados os elementos mais notáveis em cantaria de granito das fachadas preexistentes, solução que reflete o disposto no número 3 do Artigo B-3/15.º do CRMB;

3.4.6. Também, no contexto dos pontos anteriores, ao abrigo do disposto no número 4 do mesmo Artigo B-3/15.º do CRMB, pode aceitar-se a introdução de linguagens contemporâneas e o recurso a materiais ou processos construtivos não tradicionais, considerando-se a configuração exterior proposta para a nova edificação teve em consideração a articulação com a envolvente urbana, verificando-se uma especial atenção na composição do desenho conferido à fachada voltada à rua de S. Vicente no qual faz a replicação de características e métricas associadas à morfologia do edificado do século XIX contíguo;

3.4.7. A implantação proposta para a nova edificação respeita a ocupação máxima de 70% admissível e garante as condições de salubridade e de inter-relação com a volumetria e alinhamentos do edificado contíguo a nascente, pelo que cumpre o estipulado nos números 8 e 9 do Artigo B-3/15.º do CRMB;

3.4.8. Para o referido no ponto anterior foi tomado em consideração o estudo para a “implantação e alinhamentos das fachadas a sul da Rua Gabriel Pereira de Castro”, aprovado por despacho do Sr. Presidente da Câmara, de 31-08-1995, constante no processo com o registo n.º:210/DRU/94, e não se relevou o edifício contíguo a poente da pretensão que, pela avaliação das suas características e estado de degradação, ser expetável que também venha a ser objeto de obras de reabilitação, podendo, na ótica da colmatação urbana, aplicar-se os mesmos parâmetros aceites para a presente intervenção;

3.4.9. Em função do definido na alínea b) do número 1 do Artigo 107.º do regulamento do PDMB, avaliando as condicionantes das preexistências subjacentes à operação urbanística aqui causa, ainda que passível de se conceder a dispensa da aplicação integral dos parâmetros para o dimensionamento da oferta de estacionamento estabelecidos no Artigo 106.º do mesmo regulamento, conforme disposto no número 10 do Artigo B-3/15.º do CRMB, admite-se excecionalmente a ocupação proposta da parcela até um máximo de 90%, para assegurar alguns lugares privativos necessários ao funcionamento do equipamento;

3.4.10. A ampliação em altura proposta para a nova construção ultrapassa as altimetrias predominantes dos prédios contíguos não cumprindo o projeto o disposto no número 5 do Artigo B-3/15.º do CRMB, no entanto, tratando-se de equipamentos que tem necessidades específicas de funcionamento e de sustentabilidade económica, tendo em consideração o tratamento cuidado que foi conferido ao piso recuado proposto para o alçado voltado à rua Gabriel Pereira de Castro, pela aplicação do disposto no número 6 do mesmo Artigo B-3/15.º do CRMB, pode excecionalmente, por deliberação fundamentada da câmara municipal, aceitar a volumetria pretendida que traduz para a fase de licenciamento a antes aprovada pelo PIP referido no ponto 2.1;

3.4.11. Eventuais alterações à pintura ou aos materiais de revestimento aceites para o tratamento exterior das fachadas, conforme projeto de arquitetura apresentado, carecem de aprovação prévia por parte do município;

3.4.12. Face aos 2488,30 m² de área de construção prevista para serviços, pela aplicação do disposto na subalínea iii) da alínea a) do número 1 do Artigo, B-1/29.º do CRMB, considera-se a presente operação urbanística de impacto relevante para efeitos de aplicação do disposto no número 5 do Artigo 44.º do RJUE;

3.5. Outros aspetos regulamentares aplicáveis:

3.5.1. O técnico responsável pelo projeto deve zelar pelo cumprimento das normas técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, anexas ao Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto;

3.5.2. Ao abrigo do disposto no número 8 do Artigo 20.º do RJUE, as declarações de responsabilidade dos autores dos projetos de arquitetura, no que respeita aos aspetos interiores das edificações, constituem garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;

3.5.3. O coordenador de projeto deverá assegurar os deveres enunciados no Artigo 9.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015 de 1 de junho, com a especial relevância na compatibilização dos projetos da engenharia das especialidades com a imagem exterior proposta no projeto de arquitetura, quer na utilização de processos construtivos, quer na integração de equipamentos;

3.5.4. A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, enquadra-se na lista de estabelecimentos de apoio social referidas no Decreto-Lei n.º 33/2014 de 4 de março que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2011, de 28 de setembro, pelo que a empresa requerente deverá promover o respetivo licenciamento da atividade junto do Instituto de Segurança Social, I.P.;

3.5.5. O cumprimento das condições de organização, funcionamento e instalação a que devem obedecer as estruturas residenciais para pessoas idosas estão definidas na Portaria n.º 67/2012, de 21 de março.

4. PROPOSTA DE DECISÃO:

4.1. Aceite a instalação pretendida, após deliberação favorável em Reunião de Câmara, nomeadamente face ao referido no ponto 3.4.10., e nas restantes condições da presente informação técnica, da Informação de Salvaguarda do Património Arqueológico e do parecer emitido pela DRCN/DSBC, considera-se que o projeto de arquitetura apresentado cumpre, na generalidade, as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, podendo ser aprovado;

4.2. Caso seja deliberada a aprovação do projeto de arquitetura, ao abrigo do número 4 do Artigo 20.º do RJUE, deverá a requerente, no prazo máximo de seis meses, apresentar os projetos de especialidades enumerados no ponto 16, do anexo I da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, incluindo:

a) Projeto de segurança contra incêndio, em cumprimento do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de outubro, com parecer favorável a emitir pela Autoridade Nacional de Proteção Civil;

b) Para satisfação do referido no ponto 3.4.1. e considerando-se a presente operações urbanísticas de impacto urbanístico relevante, pela aplicação do disposto no Artigo B-1/38.º do CRMB, exige-se a apresentação de um estudo de tráfego e de circulação na envolvente à pretensão;

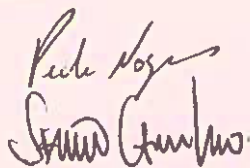
c) Relatório técnico de especialidade com a metodologia para a remoção, restauro e reintegração dos azulejos referidos no ponto 3.4.5;

d) Projeto de arranjos exteriores que cumpra o referido no número 10 do Artigo B-3/15.º do CRMB, impondo-se para o tratamento da superfície superior da laje da cave a utilização de coberto vegetal;

4.3. A emissão do alvará de construção fica condicionada à autorização prévia dos trabalhos arqueológicos da responsabilidade do arqueólogo, a solicitar via Portal do Arqueólogo;

Remete-se para decisão superior.

Os técnicos:





Exmo(a) Sr.(a)
Presidente da Câmara Municipal de Braga
Praça do Município , Braga
4704-514 Braga, Portugal

Sua referência	Sua comunicação	Ofício n.º	S-2018/452639 (C.S:1246745)
498/2018 de		Data	27/02/2018
17/01/2018		Procº n.º	DRCN-DSBC/2017/03-03/1914/POP/76788 (C.S:169304)
		Cód.Manual	

Assunto: Estrutura residencial para Idosos, na Rua Gabriel Pereira de Castro, S. Vicente, em Braga.
Rua de S.Vicente, N.º, 115 São Vicente
Requerente: SKTO, Société Industrielle Services Immo, S.A.

Comunico a V. Ex.ª que por despacho do(a) Sr.(a) Diretor(a) de Serviços de 26/02/2018, foi emitido parecer **Favorável condicionado** sobre o processo acima referido, de acordo com os termos da informa  o em anexo.

A presente aprecia  o fundamenta-se nas disposi  es conjugadas da Lei n.º107/2001, de 8 de setembro, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na reda  o dada pelo Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, do Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho, do Decreto-Lei n.º 114/2012 de 25 de maio, e do Decreto-Lei n.º 115/2012 de 25 de maio.

Com os melhores cumprimentos.

A Diretora de Serviços dos Bens Culturais


(Elvira Maria Rebelo)



Assunto : Estrutura residencial para Idosos, na Rua Gabriel Pereira de Castro, S. Vicente, em Braga.

Requerente : SKTO, Société Industrielle Services Immo, S.A.

Local : Rua de S.Vicente, N.º, 115 São Vicente

Servidão Administrativa : Z.P. (Zona de Proteção - 50m) do Palacete Júlio de Lima, jardim e espaço envolvente, E.V. (Em Vias de Classificação), Anúncio n.º 132/2017, DR, 2.ª série, n.º 146, de 31-07-2017.

Inf. n.º: S-2018/452362 (C.S:1246161)
N.º Proc.: DRCN-DSBC/2017/03-03/1914/POP/76788
(C.S:169304)

Cód. Manual

Data Ent. Proc.: 18/01/2018

Diretor(a) de Serviços Elvira Maria Rebelo a 26/02/2018

Aprovo condicionalmente à realização de sondagens arqueológicas prévias, para o que deverá ser submetido Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos (PATA) à tutela.

Assunto: Estrutura residencial para Idosos
Req.: SKTO, Société Industrielle Services Immo, S.A.
Local: Rua de São Vicente - Rua Gabriel Pereira de Castro, em Braga.

O projeto em apreciação para construção de edifício com duas frentes urbanas e recuperação dos alçados correspondentes a dois lotes tradicionais (a nascente) foi precedido por pedido de informação prévia aprovado por estes serviços no qual se estabelecia a superfície de implantação, volumetria e forma das coberturas.

O referido estudo prévio adiantava alguns outros aspetos relativos à traça arquitetónica que agora é proposta e que se conforma com o projeto aprovado para reconstrução dos edifícios no topo sul-poente do quarteirão em causa, pelo que nada há a objetar.

Pelo exposto se propõe que seja emitido parecer **FAVORÁVEL** à aprovação do presente projeto.

*À consideração superior,
Porto e DSBC/DRCN, 2018-02-23
o Téc. Superior
David Lopes, arq.*

DSBC - 2017- 1914
Assunto: Rua de S. Vicente e Rua Gabriel Pereira de Castro, Braga
Requerente: SKTO - Société Industrielle de Services IMMO, SA
Servidão Administrativa: ZP, Palacete Júlio de Lima

02.02.2018



Sobre a pretensão já nos pronunciámos com um parecer condicionado à realização de sondagens arqueológicas prévias, o qual se mantém.

Para cumprimento do exposto no parágrafo anterior deverá ser remetido a esta DRC-DSBC (via Portal do Arqueólogo) um pedido de autorização para trabalhos arqueológicos e respectivo plano de trabalhos, da responsabilidade de um arqueólogo, para análise e autorização.

A execução dos trabalhos arqueológicos deverá seguir os preceitos metodológicos utilizados nas intervenções arqueológicas executadas na cidade de Braga, tendo por referência os trabalhos efectuados pelo Gabinete de Arqueologia da C. M. de Braga e a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, nomeadamente no âmbito do "Projecto Bracara Augusta".

A viabilidade do projecto, tal como apresentado dependerá do resultado das sondagens arqueológicas.

À consideração superior

O técnico superior

Pedro Baêre de Faria



*Aos Srs. Sargentos Pedro Nogueira
e Sérgio Corvellec para informar.*

Dr

21/07/18

Processo: 14433 / 2017

Requerente: SKTO - Société Industrielle de Services Immo, S.A.

Local da obra: Rua Gabriel Pereira de Castro - BRAGA Braga (São Vicente)

Assunto: Informação técnica

Técnico responsável: Armandino Baptista Cunha

Informação: 166

Data: 16.02.2018

1. A processo em licenciamento, programa obras com forte impacto no subsolo (execução de cave), em zona urbana localizada junto ao traçado proposto para a antiga Via Romana XVIII, do Itinerário Antoniano, pelo que o seu subsolo, no contexto da avaliação para a salvaguarda e estudo do património arqueológico bracarense, seja considerado muito sensível.
2. Constituindo particular dever da Administração Pública, certificar-se de que os trabalhos por si avaliados, no domínio do licenciamento de operações urbanísticas, que envolvam transformações de solos, revolvimentos ou remoção de terreno no solo e no subsolo, estejam em conformidade com a legislação nacional sobre a salvaguarda do património arqueológico (vide art.º 76.º, n.º3, a) e b) da Lei 107/2001) e do Código Regulamentar do Município de Braga (Artigo B-3/9.º, n.º 2), e tratando-se o projeto em análise, um exemplo do atrás referido, propõe-se que, todas as obras programadas com intervenção no subsolo, sejam antecedidas de sondagens arqueológicas prévias, dirigidas por técnicos especializados e devidamente autorizados para o efeito, pela Direção Geral do Património Cultural (DGPC).
3. Mais se propõe que:
 - a) A atribuição de alvará de licenciamento a este processo, só se verifique após inclusão nele do Plano de Trabalhos Arqueológicos, devidamente autorizado pela DGPC.
 - b) O promotor da obra, ou as entidades responsáveis pela intervenção arqueológica, comunique, obrigatoriamente, aos Serviços de Arqueologia deste Município, com a antecedência mínima de 10 dias, a data do início dos trabalhos, bem como a duração previsível dos mesmos (Artigo B-3/9.º, n.º5, do Código Regulamentar do Município de Braga).
 - c) O promotor da obra entregue, obrigatoriamente, ao Município, o Relatório dos Trabalhos desenvolvidos no âmbito da condicionante arqueológica, previamente à emissão da autorização de utilização do edifício (Artigo B-3/9.º, n.º6 do Código Regulamentar do Município de Braga).
4. À luz do disposto nos n.º 3 e 4, do art.º 79.º da Lei em referência, os promotores das obras ficam obrigados a suportar os custos das operações de arqueologia preventiva e de salvamento tornadas necessárias pela realização dos seus projetos.

5. Caso surjam durante os trabalhos em referencia, vestígios arqueológicos achados de interesse científico e/ou patrimonial, dever-se-á aplicar a metodologia achada mais adequada ao seu correto estudo e conservação. A este respeito refira-se que, conforme o preceituado no n.º 1 e n.º 2 do art.º 79.º da mesma Lei, os serviços da administração culturais condicionarão a prossecução de quaisquer obras à adoção pelos respetivos promotores, das alterações ao projeto aprovado capazes de garantir a conservação, total ou parcial, das estruturas arqueológicas descobertas no decurso dos trabalhos.

Braga, 16 de Fevereiro de 2018

O Técnico



Armandino Cunha

Relatório do Documento nº 26664

DATA DE IMPRESSÃO 23/04/2018

NÚMERO DE REGISTO 26664

TIPO REGISTO	ENTRADA	REGISTADO NO DIA	22/12/2017
DOCUMENTO Nº		REMETENTE EXT.:	SKTO - SOCIÉTÉ INDUSTRIELLE DE SERVICES IMMO, S.A.
DATA	22/12/2017	TIPO DE DOCUMENTO	REQUERIMENTO DAS OBRAS
REFERÊNCIA		LIVRO DE REGISTO	LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA

OBSERVAÇÕES

AGUARDA RESPOSTA

REGISTADO POR eunice.santos

ATUALIZADO POR jose abreu

ASSUNTO

Entrada em 22-12-2017

Anexos do documento

Contém 1 anexo(s) do tipo Documentos instrutórios / Data: 02/01/2018

Observações: O REQUERENTE APRESENTA CD

Contém 1 anexo(s) do tipo Requerimento das obras / Data: 02/01/2018

Observações: REQUERIMENTO ASSOCIADO

Contém 1 anexo(s) do tipo Requerimento das obras / Data: 02/01/2018

Observações: CERTIDÃO

Contém 1 anexo(s) do tipo Requerimento das obras / Data: 02/01/2018

Observações: PLANTAS

Detalhes do Original / Outro(s) Destinatário(s)

1. Original Serv: GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

CLASSIFICAÇÃO 450.10.204 - Licenciamento ou autorização de edificações

PROCESSO 2017/450.30.003/389

OBSERVAÇÕES

Movimentos

Movimento (1) no dia 22/12/2017 10:43 para Serv: DAC - DIVISÃO DE APOIO AO CIDADÃO

Movimento efetuado por eunice.santos Func.: 49 - Eunice Maria Barros Santos

Motivo: Registo original

Movimento (2) efetuado no dia 02/01/2018 10:34 para Serv: DMUOP-SA - SECRETARIA DE APOIO

Movimento efetuado por mjorge.teixeira Func.: 1653 - Mario Jorge Peixoto Teixeira

Motivo: Segue físico para procedimento. Requerimento anexado. Via protocolo

Tipo de informação: Para procedimento [Informação]

Movimento (3) efetuado no dia 02/01/2018 11:20 para Serv: DAC - DIVISÃO DE APOIO AO CIDADÃO

Movimento efetuado por dario.queiros Func.: 1146 - Dario Augusto Costa Queiros

Motivo: A pedido

Tipo de informação: Para procedimento [Informação]

Relatório do Documento nº 26664

DATA DE IMPRESSÃO 23/04/2018

NÚMERO DE REGISTO 26664

Detalhes do Original / Outro(s) Destinatário(s)

1. Original Serv: GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

CLASSIFICAÇÃO 450.10.204 - Licenciamento ou autorização de edificações

PROCESSO 2017/450.30.003/389

OBSERVAÇÕES

Movimentos

Movimento (4) efetuado no dia 02/01/2018 11:35 para Serv: DMUOP-SA - SECRETARIA DE APOIO

Movimento efetuado por m Jorge Teixeira Func.: 1653 - Mario Jorge Peixoto Teixeira

Motivo: Segue físico para procedimento. Requerimento anexado. Via protocolo
Tipo de informação: Para procedimento [Informação]

Movimento (5) efetuado no dia 03/01/2018 14:14 para Serv: DPCH - DIVISÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL HABITAÇÃO

Movimento efetuado por aurora.fernandesFunc.: 86 - Maria Aurora Castro Fernandes

Motivo: Para procedimento [Informação]
Tipo de informação: Para procedimento [Informação]

Movimento (6) efetuado no dia 04/01/2018 10:34 para Func.: Manuel Silva Guimaraes

Movimento efetuado por Jose.abreuFunc.: 143 - Jose Abreu Rodrigues Ferreira

Motivo: Saneamento liminar [Informação]
Tipo de informação: Saneamento liminar [Informação]

Movimento (7) efetuado no dia 09/01/2018 13:19 para Func.: Pedro Miguel Silva Campos

Movimento efetuado por manuel.guilmaraesFunc.: 767 - Manuel Silva Guimaraes

Motivo: Para procedimento [Informação] - Para procedimento
Tipo de informação: Para procedimento [Informação]

Movimento (8) efetuado no dia 17/01/2018 09:35 para Serv: DPCH - SAÍDAS

Movimento efetuado por pedro.camposFunc.: 4163 - Pedro Miguel Silva Campos

Motivo: Saneamento liminar [Informação]
Tipo de informação: Saneamento liminar [Informação]

Movimento (9) efetuado no dia 17/01/2018 11:49 para Serv: DPCH - DIVISÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL HABITAÇÃO

Movimento efetuado por joaquim.oliveiraFunc.: 522 - Jose Joaquim Barros Oliveira

Motivo: Para procedimento [Informação]
Tipo de informação: Para procedimento [Informação]

Movimento (10) efetuado no dia 02/02/2018 09:15 para Serv: DPCH-GA - GABINETE ARQUEOLOGIA

Movimento efetuado por Jose.abreuFunc.: 143 - Jose Abreu Rodrigues Ferreira

Motivo: Solicitação de Informação [Informação]
Tipo de informação: Solicitação de Informação [Informação]

Movimento (11) efetuado no dia 16/02/2018 16:59 para Serv: DPCH - DIVISÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL HABITAÇÃO

Movimento efetuado por armandino.cunhaFunc.: 1006 - Armandino Baptista Cunha

Motivo: Favorável com Condicionantes [Parecer]
Tipo de informação: Favorável com Condicionantes [Parecer]

Movimento (12) efetuado no dia 28/02/2018 08:29 para Func.: Pedro Justino Cruz Pinto Nogueira

Movimento efetuado por Jose.abreuFunc.: 143 - Jose Abreu Rodrigues Ferreira

Motivo: Solicitação de Informação [Informação]
Tipo de informação: Solicitação de Informação [Informação]

Relatório do Documento nº 26664

DATA DE IMPRESSÃO 23/04/2018

NÚMERO DE REGISTO 26664

Detalhes do Original / Outro(s) Destinatário(s)

1. Original Serv: GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

CLASSIFICAÇÃO 450.10.204 - Licenciamento ou autorização de edificações

PROCESSO 2017/450.30.003/389

OBSERVAÇÕES

Movimentos

Movimento (13) efetuado no dia 21/03/2018 15:19 para Serv: DPCH - SAÍDAS

Movimento efetuado por pedro.nogueiraFunc.: 1321 - Pedro Justino Cruz Pinto Nogueira

Motivo: Favorável com Condicionantes [Parecer] - Remete-se análise técnica do projeto de arquitetura
Tipo de informação: Favorável com Condicionantes [Parecer]

Movimento (14) efetuado no dia 23/03/2018 15:46 para Func.: Antonio Jose Zamith Soares Rosas

Movimento efetuado por pedro.lopes Func.: 776 - Jose Pedro Cortes Lopes

Motivo: Concorde com o teor da informação técnica que antecede relativa á apreciação do projecto de arquitectura, propondo em conformidade com a mesma, que o processo após despacho seja enviado para decisão em sede de reunião do executivo camarário.

Movimento (15) efetuado no dia 26/03/2018 12:18 para Serv: GABINETE VEREADOR MIGUEL BANDEIRA

Movimento efetuado por zamith.rosas Func.: 4838 - Antonio Jose Zamith Soares Rosas

Motivo: Concorde. Proponho que se remeta ao Executivo Municipal para que emita autorização nos termos e para os efeitos do nº 6 do artigo 8-3/15º do Código Regulamentar, face ao que se invoca no ponto 3.4.10 da Informação técnica da DCH, que antecede.
Tipo de informação: Solicitação de Despacho [Informação]

Movimento (16) efetuado no dia 13/04/2018 10:38 para Serv: DMUOP-SA - SAIDAS

Movimento efetuado por miguel.bandeira Vereador: 4829 - Miguel Sopas Melo Bandeira

Motivo: De acordo com as informações técnicas, envio ao Sr. Presidente para remeter à reunião do Executivo para aprovação do projecto de arquitectura com as condições impostas.
Tipo de informação: Aprovação de Arquitectura [Despacho]

Movimento (17) efetuado no dia 19/04/2018 11:09 para Serv: DMUOP-SA - SECRETARIA DE APOIO

Movimento efetuado por celina.brandaoFunc.: 69 - Maria Celina Ferreira Costa Brandao

Motivo: Para procedimento [Informação] - Remetido ao Senhor Presidente para Despacho (Reunião do executivo)
Tipo de informação: Para procedimento [Informação]

Movimento (18) efetuado no dia 23/04/2018 14:09 para Serv: GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

Movimento efetuado por celina.brandaoFunc.: 69 - Maria Celina Ferreira Costa Brandao

Motivo: Para procedimento [Informação]
Tipo de informação: Para procedimento [Informação]

Documentos do Processo

Interno em 09/01/2018 n.º 5292

Remetente: Func.: Manuel Silva Guimaraes

Livro de registo: Livro de Correspondência

Tipo documento: Informação de carácter técnico

Documento nº:

Referência:

Data: 09/01/2018

Relatório do Documento nº 26664

DATA DE IMPRESSÃO 23/04/2018

NÚMERO DE REGISTO 26664

Documentos do Processo

Interno em 17/01/2018 n.º 5571

Remetente: Func.: Pedro Miguel Silva Campos
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Informação de carácter técnico
Documento nº:
Referência:
Data: 17/01/2018

Interno em 16/02/2018 n.º 6527

Remetente: Serv.: DPCH-GA - GABINETE ARQUEOLOGIA
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Informação de carácter técnico
Documento nº:
Referência:
Data: 16/02/2018

Interno em 21/03/2018 n.º 9126

Remetente: Func.: Pedro Justino Cruz Pinto Nogueira
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Informação de carácter técnico
Documento nº:
Referência:
Data: 21/03/2018

Saída em 17/01/2018 n.º 498

Remetente: Serv.: DPCH - SAÍDAS
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Ofícios de obras particulares
Documento nº:
Referência:
Data: 17/01/2018

Entrada em 22/12/2017 n.º 26664

Remetente: Ext.: SKTO - Société Industrielle de Services Immo, S.A. NIF: 513068120
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Requerimento das obras
Documento nº:
Referência:
Data: 22/12/2017